

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.714 - SP (2019/0123804-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : CHG AUTOMOTIVA LTDA  
**ADVOGADOS** : FÁBIO GARIBE - SP187684  
ANDRÉ FERNANDO JULIANI - SP236720  
ANA LUCIA DE SOUZA - SP207272  
ARIANE DE ALMEIDA BARBOSA PARESQUI - SP241743  
**AGRAVADO** : CREFISA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E  
INVESTIMENTOS  
**ADVOGADOS** : LEILA MEJDALANI PEREIRA - SP128457  
JANAINA DE ALMEIDA RAMOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -  
SP243235  
**AGRAVADO** : RUBBER HOSE INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA  
LTDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por CHG AUTOMOTIVA LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea c, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE C/C  
INDENIZATÓRIA SAQUE DE DUPLICATAS SEM LASTRO  
RESPONSABILIDADE CIVIL ENDOSSO - MANDATO  
JULGAMENTO DE RECURSO NA MODALIDADE REPETITIVA  
PELO EG STJ ENDOSSATÁRIO QUE RESPONDE APENAS NOS  
CASOS DE EXCESSO DE MANDATO ILEGITIMIDADE DE PARTE  
DA CORRÉ MANTIDA DANO MORAL MAJORAÇÃO DO VALOR  
ARBITRADO EM RELAÇÃO À CORRÉ REVEL RECURSO  
PARCIALMENTE PROVIDO (fls. 314).

Quanto à controvérsia, sustenta divergência jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não

permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ademais, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, porquanto, não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

A proposto: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente